

# ENTREVISTA

## NATUREZAS, FLORESTAS, CAMPOS, CIDADES “TÊM DONOS”

João Alberto Capeberibe  
Governador do Estado do Amapá

*Transcrição: Marina Maluf  
Edição: Marina Maluf e Maria Antonieta Antonacci*

*Em 9 de junho de 2001, os historiadores da PUC-SP, Antonio Pedro, Maria Antonieta Antonacci, Maurício Broinisi Pereira, Marina Maluf e o jornalista e historiador Mathews Shirts reuniram-se na casa de Fernando Morais e Marina Maluf para entrevistar o governador do Amapá, João Alberto Capeberibe, acompanhado de seu assessor, Thomaz Togni Tarquinio.*

*Compartilhamos, em ambiente descontraído e acolhedor, a companhia do governador “Capi”, que, com a sabedoria e a arte de um narrador contemporâneo de tradições amazônicas – advindas de seu convívio com lutas de trabalhadores extrativistas e camponeses de diferentes tempos e espaços, rememorou suas experiências de vida. Suas trilhas e seus atalhos nos anos 60/70; seus “empates”, desencontros e alianças no retorno à vida pública brasileira desde os anos 80, enfatizando os redimensionamentos que historicamente incorporou a seu passado de “revolta” ao constituir-se em “cacique” maior no Amapá, desde 1994.*

*Sua narrativa ganha um novo olhar político ao remeter-se ao que vem construindo em seu governo, quando definiu “a natureza como o centro do planejamento das atividades humanas”. Nessa tomada de posição, em meio às tensões e aos impasses da globalização neoliberal que vivenciamos desde os anos 90, o governador Capeberibe ressalta a força da biodiversidade e a energia da sustentabilidade, delineando potencialidades nos horizontes do Brasil.*

\*\*\*

*Quem é você?*

J. A. C. – Nasci na cidade de Afuá, na Ilha do Marajó, em 1947. Lá vivi durante sete anos e me mudei para Macapá em 1954. Meu pai era um misto de aventureiro e homem de letras – que só tinha o ensino fundamental, o primeiro grau... Ele mudou-se para Belém, para trabalhar como condutor de bondes. Depois resolveu entrar para o cultivo de seringa. Eu nasci ali e fui para Macapá para conhecer o carro, conhecer a energia. Tinha sete anos quando conheci a energia. Nasci na beira do rio, nas mãos de uma parteira – atividade que, muitos anos depois, no governo, minha mulher transformou em um projeto oficial muito eficiente.

*Você é de família pobre?*

J. A. C. – Sim, extremamente pobre. Nós morávamos em um bairro no fundo da periferia de Macapá. Apesar de, aos 50 anos, ter apenas o primário, meu pai era um intelectual, um músico refinado. Minha mãe era louca para que todo mundo estudasse. Ela vislumbrou essa possibilidade de estudo e nos levou para Macapá.

*Era uma família grande?*

J. A. C. – São sete filhos. Em Macapá, estudei até os dezessete anos; em 1966, deixei o Amapá e fui estudar em Belo Horizonte. Na capital mineira, morava com o Alcione Araújo e estudava economia. Estudei durante seis meses, depois larguei tudo, entrei na militância política na ALN e fui embora para o Pará. Embora já tivesse participado do movimento estudantil em Belo Horizonte (onde cheguei a levar algumas pauladas da polícia), tinha apenas 20 anos, não entendia nada. Só tinha lido *O método da revolução*, mas foi o suficiente para me encantar com a possibilidade de mudar tudo.

*Você chegou a ter contato com Carlos Marighella, o dirigente da ALN?*

J. A. C. – Sim, estive com ele duas vezes no Rio, de onde fui mandado para o Pará, para organizar uma coluna guerrilheira. Repito que tinha 20 anos e nunca tinha dado um tiro. Passei um ano na região do Bico do Papagaio, entre Pará, Maranhão e Goiás. Éramos eu e mais dois companheiros: um estudante de medicina e um oficial da Marinha Mercante. Eles tinham feito um assalto em Belém, e eu fui encarregado de tirá-los da capital paraense e escondê-los. Nossa missão lá era organizar os camponeses, que viviam sob um brutal regime de exploração – que, aliás, não mudou nada até hoje. Eles plantavam arroz e viviam de quebrar babaçu, e nós estávamos lá para prepará-los para a implantação da “Revolta” – por alguma razão que não me ocorre, lá não se

falava em “Revolução”, mas em “Revolta”. Mas o Exército chegou antes da Revolta, e fomos todos presos. Entrei e saí sem dar um único tiro. Ainda bem... Aí fui levado para Belém, onde passei dez meses na penitenciária, junto com presos comuns.

*O senhor sofreu violências físicas, chegou a ser torturado?*

J. A. C. – Não, mas devo ter estado perto, porque mandaram para Belém, para me interrogar, o delegado Fleury e um outro policial de São Paulo, um japonês cujo nome não me lembro. Aí, fiquei lá de molho uma temporada, e Janete conseguiu que eu fosse para o hospital, porque eu estava muito doente, ainda como seqüela das péssimas condições de vida na prisão.

*Mas a Janete, hoje sua esposa e companheira de governo, aparece assim, sem mais nem menos? Como vocês se conheceram?*

J. A. C. – Nós tínhamos estudado juntos no ensino fundamental, na primeira série do ginásio, em Macapá. Quando voltei de Minas, eu a reencontrei e nos juntamos. E juntos caímos na clandestinidade. Ela, na verdade, já era militante há mais tempo que eu, pois fora recrutada muito jovem para o PCB, o “Partidão”. Na época da cisão dentro do partido, ela seguiu o grupo que foi para a luta armada. Ocorre que quando foi presa ela estava grávida de oito meses, esperando nossa primeira filha, Artionka (cujo nome significa, em russo, “pequena flor”), que hoje é a mãe do Antonio Brasileiro, nosso primeiro neto. Isso acabou levando as autoridades a libertarem-na. Solta, ela articulou minha transferência para a Santa Casa de Belém – eu meço 1m78 e estava pesando 52 quilos. Se continuasse no xadrez, acabaria morrendo lá dentro. Como boa parte dos médicos que atendiam na Santa Casa era gente de esquerda, eles foram prorrogando a minha estadia no hospital para nos dar tempo de organizar a fuga.

*Fuga?*

J. A. C. – Mesmo na Santa Casa havia sempre quatro soldados da PM tomando conta de mim. Aí vinha um, sentava com uma metralhadora no colo, na porta do meu quarto, querendo saber porque eu estava preso. Quando explicava porque estava ali, eles estranhavam. “Mas você nunca matou ninguém?”, perguntavam. Não, nunca matei ninguém. “Estava com drogas quando foi preso?”. Também não. Nem sabia o que era droga. Mas então, eles me perguntavam, o que você está fazendo aqui? Aí comecei a explicar que estava ali para acabar com a vida miserável que a maioria dos brasileiros levava – inclusive eles. Com o tempo nos tornamos tão amigos que eles queriam desertar

e fugir *junto comigo!* Consegui convencê-los de que aquilo era muito arriscado e que eles já estariam dando uma boa ajuda à “Revolta” se facilitassem a minha fuga. Um belo dia, um ano depois da minha prisão, os médicos me trouxeram calça, camisa, sapato, gorro e guarda-pó brancos, e mais uma maletinha de médico e um par de óculos. Um dos responsáveis pela minha fuga foi o Almir Gabriel, que era médico da tropa.

### *O atual governador do Pará, do PSDB?*

J. A. C. – Ele mesmo. Como as pessoas mudam, não é? Mas então me vesti de médico, tirei a barba e o bigode e na saída dei com meu carcereiros e agora cúmplices. Cumprimentei-os de passagem, eles responderam com um naturalíssimo “Boa noite, doutor”, e saí em direção ao cais, onde pegamos um barco: eu, Janete e a minha filha, que já estava com 8 meses. E saímos os três. Subimos o Rio Amazonas até Santarém, depois Manaus, para finalmente atracar em Porto Velho. Entre Belém e nosso destino, foram 25 dias num típico barco da Amazônia – de madeira, com motor a diesel e, claro, clandestino. Era uma embarcação que transportava mercadorias sem notas. Como eu estava fugindo, para mim era o ideal. E, como todos aqueles retirantes que viajavam conosco, nem eu nem Janete tínhamos documento, registro civil, não tínhamos nada. E como nossa filhinha era muito saudável e muito bem alimentada para ser uma retirante, tínhamos que sujar um pouco o rosto dela para disfarçar. E assim fomos parar em Guajará-Mirim, onde atravessamos para o lado boliviano.

### *Mas vocês tinham algum esquema de fuga, algum apoio?*

J. A. C. – A rota da fuga me foi dada por um sujeito que caiu lá na penitenciária em Belém, vindo de Manaus, onde tinha sido preso. Ele tinha assaltado um banco em Manaus com um revólver de brinquedo, saiu do banco com um saco de dinheiro no braço, tomou um ônibus e foi para o porto para pegar um barco, onde foi preso. Pegaram ele dentro do barco e mandaram para Belém. Naquela época, qualquer assalto a banco era enquadrado na Lei de Segurança Nacional. E como em Manaus não tinha Justiça Militar, ele veio para ser julgado em Belém e foi para o presídio comigo. Nos recebemos muito bem. Tempos depois, quando eu estava na iminência de ir para o hospital, ele me disse: “Se essa história de hospital é um plano de fuga, eu monto a rota para você escapar”. E me deu nomes de pessoas que poderiam me ajudar no trajeto. Num garimpo de Porto Velho, foi uma mulher chamada Maria Gorda quem me recebeu e me mandou procurar um tal doutor Ramón, dentista boliviano, do outro lado da fronteira. Ele era dirigente de uma facção maoísta do Partido Comunista Boliviano.

*Apesar dos percalços, finalmente o Sr. estava em liberdade...*

J. A. C. – Imagine... Três dias depois da minha chegada, um sangrento golpe de Estado chefiado pelo general Hugo Bánzer derrubou o presidente Juan José Torres. Nosso dentista maoísta arranhou passagens do Lóide Aéreo Boliviano e nós viajamos para Cochabamba. Como único documento, nós levávamos um papel dizendo que eu e Janete éramos estudantes brasileiros e que estávamos na Bolívia desenvolvendo uma tese de mestrado, um estudo. Fomos para a Universidade de Cochabamba, e os estudantes, armados, disseram-nos que estavam se preparando para resistir ao golpe.

*Era tudo o que o senhor não queria...*

J. A. C. – Ao contrário, era tudo o que eu queria. Disse para eles: “Me ponham na lista, estou com vocês, me dêem uma arma”. Dormimos todos no diretório acadêmico. Às cinco horas da manhã, acordei com o barulho dos helicópteros fazendo vôos rasantes em cima da universidade. Era o Exército invadindo o *campus* a tiros. Quando ouvi as primeiras rajadas, pensei que eram os estudantes respondendo ao fogo, mas eram só os soldados que atiravam. O barbeiro do diretório acadêmico gritou que devíamos pegar nossas coisas e fugir. Só tínhamos uma maleta com as fraldas e com as roupas da Artionka. Ele nos conduziu até um túnel que tinha sido cavado pelos estudantes para o caso de uma emergência. Na fuga, porém, eu me perdi do tal barbeiro e, quando chegamos à rua, não sabíamos o que fazer. Não deu tempo de pegar arma, nunca imaginei que aquilo ia terminar do jeito que terminou. Como estávamos com um bebê, despertávamos menos suspeitas. Aí pelas nove horas da manhã paramos numa praça, um lugar bonito, e ali ficamos os três, à espera de que alguma coisa acontecesse. Aí começou a dar fome na menina e nós sem um tostão no bolso. Não tive dúvidas: saí andando e bati em todas as portas que encontrei até arranjar um pouco de leite para a minha filha. Aí pela uma hora da tarde o barbeiro nos localizou e nos escondeu em sua casa, situada num bairro de extrema pobreza. Dias depois fomos transferidos para a casa de um pastor evangélico, onde permanecemos três meses em companhia dele, da mulher e dos dez cachorros que o casal criava. Para pagar a hospedagem, cuidava dos cães e Janete fazia comida. Quando eles acharam que estávamos correndo riscos, decidiram que nós deveríamos ir embora.

*Embora para onde?*

J. A. C. – Para o Peru. Fomos até o lago Titicaca na carroceria de um caminhão, chegamos a Desaguadero e atravessamos a fronteira para o Peru, país que, naquela

época, era governado pelo general Juan Velasco Alvarado, líder de uma tentativa de revolução nacionalista. Conseguimos documentação de exilados e, depois de mais umas 8 horas de viagem, chegamos a Puno. E fomos presos mais uma vez. Presos e fotografados, com direito a foto em primeira página de jornal, o diabo. Depois de passar uma semana jogando sinuca e tomando sopa de lhama – um negócio horroroso, que vinha com os dentes do animal boiando no prato –, um alferes do Partido Comunista autorizou nossa libertação. Fomos para Pando, depois para Tacna, atravessamos o deserto e entramos no Chile.

### *Chile de Eduardo Frei?*

J. A. C. – Não, o presidente já era Salvador Allende. Ficamos lá até 1973, até o golpe do Pinochet. Resolvi estudar engenharia agrícola e fui morar numa cooperativa de assentados da Democracia Cristã, situada em Talca, situada 300 quilômetros ao sul de Santiago, e que tinha o curioso nome de “El Esfuerzo Del Roto Chileno” – bem democrata-cristão! E ali ficamos dois anos. Essa cooperativa produzia uva, milho, trigo e porco, e eu carregava aqueles sacos imensos. Trabalhava de dia e estudava de noite. Aí, descobri que o capataz da fazenda era ladrão, bandido, roubava os camponeses, e decidi denunciar o sujeito. Mas quem acabou expulso fui eu.

### *Quando veio o golpe o senhor estava no interior, estava na cooperativa?*

J. A. C. – Não, já estava morando em uma casa da Universidade, numa fazenda que tinha sido desapropriada, fora de Talca. Quem na verdade me salvou foi o bispo de Talca. No dia do golpe, estava indo para Santiago. Aí não tive como voltar e fiquei por lá. Primeiro fui escondido na casa de um padre, professor de filosofia, e de lá me levaram para a casa do bispo, que era mais segura. Mesmo assim, os militares cercaram a casa do bispo, e só consegui sair de lá com um passaporte emitido pela Cruz Vermelha Internacional.

### *E de Santiago, para onde o senhor foi?*

J. A. C. – Ficamos esperando qual país podia nos aceitar. Os representantes das embaixadas iam lá, entrevistavam os candidatos a asilo e, dependendo dos antecedentes do sujeito, eles davam ou não. A primeira oportunidade que surgiu para mim foi Cuba, mas logo disse: “Eu não quero ir para Cuba”. Já bastava a experiência do Chile. Eu temia ir para Cuba e não voltar nunca mais. E o meu desejo era retornar ao Brasil.

### *Que alternativas o senhor tinha?*

J. A. C. – Além de Cuba, a Alemanha, a Nova Zelândia e o Canadá. Aí, fui aceito para a Alemanha. Já estava preparando as bagagens para embarcar para Berlim quando soube que o Canadá me aceitara. Decidi ir para lá. Fico na América gelada, mas fico na América. Fomos para Quebec – acho que no meu vôo iam uns 170 exilados de todo o mundo. Acabei passando quatro anos lá e não aprendi inglês. Envolvi-me com o movimento nacionalista de Quebec e fiquei falando francês de Quebec com eles. E decidi voltar a estudar, desta vez tecnologia. A Janete começou a estudar engenharia agrícola comigo, mas aí nasceram os meninos, os gêmeos, Camilo e Luciana.

### *O senhor ficou no Canadá até a anistia?*

J. A. C. – Não. Quando terminei meu curso em Quebec, fui para Moçambique, três anos depois da independência da antiga colônia portuguesa. E aí sim, é que, em 1979, com a anistia, voltei para o Brasil. E fui para Pernambuco, trabalhar com a equipe de Miguel Arraes. Janete voltou a estudar – veterinária, desta vez – e, juntos, trabalhamos na mobilização dos canavieiros no começo dos anos 80. Fomos atrás dos velhos líderes de antes de 64, as lideranças de 64 que o Arraes conhecia da Zona da Mata pernambucana. Eu virei consultor da FAO e assessorava os trabalhadores da cana, mobilizando-os para as greves de 80. Nossa idéia, porém, era transferir Arraes para São Paulo. Nós achávamos que, se ele ficasse em Pernambuco, ia se regionalizar. E além disso, havia uma outra dúvida: criar um novo partido (que viria a ser o PT) ou fortalecer a Frente Democrática representada pelo MDB? E o Arraes, que tinha muito receio de um retrocesso político, decidiu ficar com a Frente Democrática. Em fins de 1979, ainda em Moçambique, ouvi, em Maputo, um belíssimo discurso dele, com o qual acabou nos conquistando, a todos, para ficar no PMDB, manter a Frente Democrática e não criar um PT. Ele decidiu também que permaneceria em Recife. Diante disso, em 1982, decidi voltar para o Amapá, para me candidatar a deputado. Arraes queria que eu ficasse em Pernambuco, mas decidi voltar – e acho que até hoje ele não me perdoa por isso.

### *Conseguiu se eleger?*

J. A. C. – Não, perdi a eleição. Meus adversários pregavam nas ruas os cartazes de 1970, nos quais eu aparecia como “terrorista procurado”. As pessoas se assustavam com aquilo. Perdi a eleição e fomos para o Acre. Lá ficamos até 1985, fazendo política. O Acre, diferentemente do Amapá, tem uma tradição de luta política. Nós nos envol-

vemos com os camponeses de Cruzeiro do Sul, na fronteira do Peru, ajudamos a organizar seus sindicatos, fizemos um grande movimento muito interessante. Eles desenvolviam exclusivamente atividades agrícolas.

### *Mas que tipo de produtos?*

J. A. C. – Todos os produtos: farinha, milho, fubá de milho, soja. Mais interessante é que, lá em Cruzeiro do Sul, eles produzem a melhor farinha de mandioca do país. E a merenda escolar era comprada no Maranhão, e passavam-se sessenta dias para chegar a farinha, lá em Cruzeiro do Sul. E uma farinha que o povo de Cruzeiro do Sul não consome, porque na Amazônia cada estado tem a sua especificidade. E a farinha, quando chegava lá, chegava bolorenta. E eles tinham farinha se estragando lá, de excelente qualidade, e não podiam vender para a merenda escolar – daí, aprendi que precisava descentralizar o país: um dos meus primeiros atos como governador foi descentralizar tudo, no Amapá, hoje, tudo é descentralizado. A escola é uma unidade, então o dinheiro chega direto na escola. O sujeito paga o imposto e ali já é distribuído. Cada escola recebe a sua parte. Porque Cruzeiro do Sul era uma região onde estava sendo desmontado todo o extrativismo da borracha, e eles estavam transitando para a atividade agrícola. A população rural era muito grande, mais de 75% da população vivia no campo. Não existia a mais remota presença do Estado. Eu era obrigado a andar 15,20 km a pé para me reunir com eles, organizando o que chamamos de Sociedades Agrícolas: grandes comunidades de até trezentas famílias, vivendo daquilo que a natureza podia oferecer. Não havia nem sistema de troca. Eles produziam pouquíssimo, viviam do que a terra lhes oferecia, da caça, um pouco de pesca. Aí, nós começamos a organizar o mercado agrícola e buscar meios de colocar a produção – que era muito grande. Como três quartos da população vivia no campo e só um quarto na cidade, tinha comida demais para gente de menos. Então viajei para o sul do Brasil em busca de mercado para os produtos e acabei conseguindo colocar todo o excedente na merenda escolar, que era comprada, centralizadamente, em Brasília. Ficamos no Acre um ano e meio. Em 1987, voltei para ser Secretário de Agricultura, nomeado na cota do PMDB. Fui secretário até julho de 87, quando saí para disputar a prefeitura de Macapá.

### *Elegeu-se?*

J. A. C. – Foi uma coisa milagrosa. Até hoje ninguém explica como é que ganhamos aquela eleição. A única explicação para a vitória é que eu tinha um trabalho muito forte junto aos camponeses no Amapá, e eles entraram na campanha. Eu não tinha



recursos, não tinha nada. Os camponeses vinham para a cidade vender o que produziam no campo, e aquela feira convertia-se numa grande festa de campanha. Às 4 horas da manhã, já havia milhares de pessoas nas ruas de Macapá – uma cidade hoje com cerca de 300 mil habitantes. Iam de casa em casa, procuravam os parentes, porque Macapá é uma cidade que resultou do êxodo rural. Essa constatação nos levou, já no governo, a lutar para assegurar a todos o “direito de ficar” – o direito de o sujeito permanecer na comunidade de origem, com escola, saúde, comunicação, transporte. Temos vários projetos nos quais as pessoas vivem um fenômeno raríssimo na sociedade brasileira, que é a desconcentração da população. Nós estamos desconcentrando a população. A população está tendo o direito de ficar onde nasceu. Eu ficaria no lugar onde nasci até hoje, se tivesse tido essa oportunidade. A campanha para a Prefeitura foi um aprendizado, ali descobri que a cidade tem donos, é propriedade de meia dúzia.

*O senhor foi eleito por que partido?*

J. A. C. – Pelo Partido Socialista Brasileiro, o PSB.

*Por que PSB? O PT, por exemplo, que já existia, não o seduziu?*

J. A. C. – O problema é que quem voltou do exílio e não foi para o PT era execrado... Ou entrava no PT ou então ia passar o resto da vida sem poder pisar no partido. Quando saí do PMDB, em 87, procurei o PT. Mas eu tinha que ser aprovado pelo diretório local e meu nome foi recusado. O fato de eu ter feito parte da aliança democrática que o PMDB representava foi o suficiente para o PT local me excomungar. Fui recusado pela base. Eu estava absolutamente desconectado. O Arraes tinha me deserdado... No dia em que comuniquei-lhe que ia voltar para o Amapá, ele respondeu: “Você vai para aquela terra de índio? Pois saiba que você não vai conseguir se eleger nem síndico de prédio de apartamento”. A partir do dia em que me elegi, ele nunca mais ligou. Arraes é uma figura fantástica, mas nunca perdoou o meu atrevimento, eu, que era considerado “um menino do Arraes”, ter disputado a presidência do partido com ele. Rejeitado pelo PT, bati no PSB, partido que estava se organizando no Amapá e pelo qual minha irmã, Raquel Capiberibe, militante da Igreja, tinha sido eleita deputada federal.

*Aquela que xingou o Ulysses Guimarães? [Risos.]*

J. A. C. – Não, foi o Sarney que ela xingou. Aliás, na Constituinte de 1988, ela xingou Deus e o mundo, ela é radicalíssima. Mas, eleito prefeito, decidi abrir a prefeitura

para a comunidade entender como é que aquele negócio funcionava. Como eu também não sabia, anunciei que nós íamos aprender juntos. Abri o orçamento, que é a peça mais importante de uma administração, permiti que todo cidadão pudesse ver, mexer, perguntar por que tal verba ia para lá e não para cá. Isso tudo ocorria em meio à grande crise mundial da esquerda. Quando caiu o Muro de Berlim, decretaram o fim da História. Eu disse, cá comigo: “Estou morto, estamos mortos, viramos fósseis”. Ao mesmo tempo, acontece a tragédia do assassinato do Chico Mendes. A morte dele nos levou a refletir: “Temos que criar uma alternativa, não é?”. E passamos a rever toda essa questão do capital e do trabalho, a partir do momento em que metemos a natureza no meio do capital e do trabalho. A História tinha acabado, e nós estávamos buscando alternativas. Nunca tinha me passado pela cabeça que capital e trabalho pudessem pressionar a natureza. E o discurso do Chico Mendes bate exatamente em cima desse ponto. Ele começa a dizer que o trabalho do seringueiro só podia continuar se ele preservasse a floresta. E aí, começamos a juntar: capital, trabalho e natureza. Passamos a definir a natureza como o centro do planejamento das atividades humanas. Isso já em 1993.

*Desculpe, só para não perder, o senhor se elegeu prefeito em 88, e seu mandato foi até 92. E então se candidata a...?*

J. A. C. – A nada. Na campanha de 94, começamos a mostrar que o modelo de desenvolvimento que foi implantado na região é predatório do ponto de vista ambiental e social, porque as empresas pressionam na obtenção de recursos até seu esgotamento. Aí, ficam as pessoas desempregadas e sem recursos. Procuramos formular um outro conceito. Mas, nem eu nem as pessoas entendíamos direito o que estávamos formulando.

*Essa concepção a que o senhor chegou deriva de sua militância política, ou melhor, é consequência de uma militância numa região cujo território é quase inteiramente tomado pela floresta? Ou o senhor acha que é um conceito universal?*

J. A. C. – Universal, muito embora o fato de ser da região, evidentemente, tenha influído. Primeiro, voltei para o Amapá por causa do cenário. Aquele era o meu cenário de vida. Fui criado até os sete anos no meio da floresta e do rio. Depois, andei pelo mundo todo, mas voltei para lá e percebi que a região tinha uma riqueza e uma possibilidade únicas e que o modelo de exploração era absurdo. Além disso, a crise que vivi é a crise que todo mundo viveu. Quando caiu o socialismo real, ficamos sem escada para nos segurarmos. Era vital começarmos a recriar, começarmos a repensar como recompor essa...

*Que tipo de interesses o senhor passou a enfrentar a partir do momento que fez essa opção de governo?*

J. A. C. – O modelo tradicional de exploração dos recursos.

*Sua campanha de 94 é toda assentada no tripé capital, trabalho e natureza?*

J. A. C. – Não havia um discurso ideológico formal, mas, sim, um discurso de exemplos. Comecei a campanha dizendo o seguinte: “Vim ao mundo pelas mãos de uma parteira...”. Fiz um discurso mostrando que nós precisávamos retomar a cultura de sobrevivência amazônica. E foi um discurso muito engraçado porque, no fundo, eu estava meio desligado daquilo tudo... e terminava dizendo um monte de bobagens, e as pessoas achavam muito engraçado a minha maneira de falar, de colocar as coisas. Eu estava recuperando a vida tradicional na Amazônia e a pressão exercida pelo modelo. E safam coisas engraçadas. Falava, por exemplo, da Amazônia antes do mercado de consumo. Criei-me na Amazônia quando não tinha papel, não tinha plástico, quando o comércio embrulhava as compras numa folha da floresta. Recuperei esse discurso, que sensibilizou principalmente as pessoas mais velhas. Ganhei a eleição com esse discurso.

*Mas isso tocou os mais velhos e os mais jovens?*

J. A. C. – Os mais jovens foram tocados pela minha história de militância política, do sujeito que tinha sido reprimido. Fiz também o discurso da repressão.

*Quem ficou mais tocado com o discurso sobre a natureza, os jovens ou os mais velhos?*

J. A. C. – Na época sensibilizou os mais velhos porque eles se viam naquele discurso: “A minha vida era assim”. Terminei ganhando as eleições. Só não ganhamos no primeiro turno porque nos entusiasmos demais... Foram 48,4% dos votos no primeiro turno.

*Fale um pouco sobre o início do seu governo.*

J. A. C. – Aí começou o jogo, o jogo de cooptação e de corrupção. Rompi com tudo aquilo que estava acordado e tomei uma decisão: corrupção não. Nem local nem com o governo federal. Vim do nada, virei governador, e de oposição, e resolvi romper com a corrupção. O castigo que sofri foi brutal.

*Por parte do governo federal?*

J. A. C. – Do Fernando Henrique.

*Por alguma razão?*

J. A. C. – Algumas razões. Sempre fui de falar tudo o que penso, e o Fernando Henrique é um sujeito que nunca aceitou alguém que diga as coisas com clareza. E mais, procurei uma interlocução com a Europa. Procurei os franceses para conversar. Tenho fronteira com a França: a Guiana Francesa. Nós buscamos essa relação para chegarmos a Brasília. Na verdade, cheguei a Brasília por Paris. Se eu não tivesse um mínimo de articulação, nós teríamos sofrido um esmagamento total...

*Isso tem a ver com a integração do Amapá? O senhor tem defendido que o futuro do seu estado reside na sua integração não apenas com o resto do país mas, fundamentalmente, com o Planalto das Guianas?*

J. A. C. – Sim. Organizamos uma visita do presidente da França, Jacques Chirac, e do Fernando Henrique, em Caiena. Tudo começou quando fui à Guiana participar de um congresso de médicos por meio de um convite arranjado por um professor, antigo amigo nosso da França. Não entendo nada de medicina, mas fui. Quando cheguei em Caiena, pedi um encontro com os governadores de lá, com os dirigentes políticos e com o presidente do Conselho Regional, meu equivalente. Um sujeito simpaticíssimo descendente de libaneses. Então, disse-lhe: “A distância entre Macapá e Brasília é a mesma entre Caiena e Paris. Vamos trabalhar juntos!”.

*Qual o resultado desse encontro?*

J. A. C. – Passei a ser recebido por todo mundo em Caiena para falar sobre integração. Depois disso fui ao Suriname. Foi quando decidimos trazer os dois presidentes: o Chirac e o Fernando Henrique. Começamos então a pressionar. Até então, tinha tentado levar o meu programa para a Europa, a Alemanha, a França, a Bélgica e Portugal. Eu não tinha nada de concreto. O que eu tinha era uma idéia de montar um programa de desenvolvimento, preservando o patrimônio ambiental. Fui conversar com todo mundo. Percebi que tal encaminhamento não estava correto, que não estava dando resultado.

Quando falei com o Itamarati sobre a idéia da visita conjunta dos dois presidentes, houve receios. Conversei então com o Fernando Henrique e lhe disse que a Guiana é um departamento francês, é um pedaço da França, um pedaço da União Européia, portanto, é uma intersecção entre o Mercosul e a União Européia, e eu achava que nós poderíamos trabalhar nisso. Aí, organizamos a visita.

*E os franceses, como reagiram?*

J. A. C. – Os franceses cometeram um erro muito grave: no período da ditadura, eles se afastaram do Brasil. Eles só retomaram o diálogo com o Brasil em 95, no governo Fernando Henrique. E, em maio de 1996, renovam o acordo de cooperação bilateral.

*O senhor compareceu à visita dos dois presidentes a convite de quem?*

J. A. C. – Dos franceses. Acompanhei o Fernando Henrique meio a contragosto porque nós havíamos incluído no acordo uma cláusula de cooperação transfronteiriça. Nós discutimos mais ou menos um ano com o Itamarati a inclusão de uma cooperação entre o Amapá e a Guiana quando da renovação do acordo do quadro de cooperação. Os franceses já estavam animadíssimos diante da perspectiva da cooperação. Com a concordância do Itamarati, passamos a ter, regularmente, encontros de discussão de cooperação transfronteiriça entre o governo federal, o governo francês, o Amapá e a Guiana. Já fizemos duas grandes rodadas de negociação e vamos realizar a terceira.

*Voltemos à visita dos dois presidentes.*

J. A. C. – Negociamos e pressionamos para que os dois presidentes se encontrassem na fronteira, em São Jorge do Oiapoque, o que simbolizaria o encontro entre o Mercosul e a União Européia. Imaginem vocês dois presidentes se encontrarem naquela pequena cidade que deve ter não mais que quinhentas casas... Era cenário de filme do Spielberg. Tinha dez helicópteros, um navio de guerra... Foi um espetáculo! Na hora dos discursos, estava lá o Chirac transpirando e andando naquelas ruas, naquele calor horrroso! O Fernando Henrique fala primeiro e, na fronteira, fala em um francês impecável. E ali todo mundo entende as duas línguas, tanto faz falar em francês como falar em português. É então a vez do Chirac falar. Começa se desculpando pelo fato de não ser dono da mesma erudição do seu colega, o presidente do México.

*Qual foi a reação?*

J. A. C. – A imprensa brasileira só explorou isso. Ninguém até hoje sabe porque o Fernando Henrique se encontrou com o Chirac na fronteira entre o Brasil e a Guiana. Todo nosso trabalho foi por água abaixo. Ninguém falou em Mercosul, ninguém falou na Guiana, no Amapá, na cooperação.... Só neste ano, com a vinda de Jospin, o primeiro

ministro da França, que nós assinamos o acordo para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que teve início um maior entendimento. O Brasil está muito mais voltado para os Estados Unidos...

*O senhor implantou o francês na escola pública?*

J. A. C. – Sim, o francês é a segunda língua no Amapá, e o português é a segunda língua na Guiana.

*Quantos por cento do território do Amapá é ocupado pela mata?*

J. A. C. – Nós garantimos 98%. Garantimos com algumas medidas muito importantes, porque, quando nós assumimos, em 1995, demos um basta na expansão da fronteira agrícola. Decidimos que no Amapá não há espaço nem para madeireiro nem para plantador de soja. Aqui a floresta não vai ser convertida em soja! Isso cria uma dificuldade local muito grande porque, quando esses empreendedores chegavam, já chegavam anunciando investimentos de 150 milhões de dólares. A elite local achava que eu era louco: “Esse governador vai nos levar de volta ao fogão de lenha”. Era essa a expressão que eles usavam.

*Mas nós aqui estamos voltando ao ferro de carvão...*

J. A. C. – Vocês em São Paulo, lá não. O Amapá não privatizou e nós conseguimos dobrar o número de consumidores de energia. Hoje é mais fácil falar dessas coisas. Porém, em 1995, falar em não privatizar era sinônimo de atraso. Sofremos uma pressão brutal. Nunca consegui um centavo de investimento no setor elétrico para expansão da rede.

*Como o senhor financiou essa duplicação do setor energético?*

J. A. C. – Com recursos do orçamento. Nós começamos a cobrar imposto de todo mundo, todo mundo passou a pagar e acabamos com a corrupção. Passamos a ter dinheiro. Hoje, temos uma capacidade de investimento em torno de 15%.

*Qual é a sua arrecadação de ICMS?*

J. A. C. – Nós estamos arrecadando em torno de 140 milhões. Era 7% da receita líquida total. Hoje, está por volta de 20%. E liquidamos as dívidas.

### *Quem são as elites?*

J. A. C. – São os comerciantes, os mineradores, os que investiam em projetos florestais e a burocracia estatal. O judiciário e os parlamentares.

### *Nesses 2% que não estão ocupados pela mata, o que se produz?*

J. A. C. – Floresta, silvicultura e pequena produção agrícola e mineração.

### *Quantos por cento da população controla a propriedade da terra?*

J. A. C. – A maioria da terra é devoluta, algo em torno de 90%. Nós fizemos uma grande discriminatória fundiária para saber quem é dono do que e passamos a arrecadar para o estado aquilo que é do estado. Essa arrecadação, nós a transformamos em reserva de desenvolvimento sustentável, fortalecemos as cooperativas, descentalizamos a atividade econômica e a base produtiva. Nós não estamos inventando um processo. Nós estamos trabalhando com o que existe. Os investimentos de fora são pequenos e mesmo assim tudo é dividido entre todas as comunidades, desde crédito até assistência técnica. Passamos a desenvolver produtos locais, desde o artesanato até a indústria.

### *E suas relações com o Legislativo e o Judiciário?*

J. A. C. – O problema é que a corrupção no Legislativo ainda é muito forte. Eles se apropriam do dinheiro e distribuem entre eles. Ganhei todas as ações no Supremo. E a briga com o Judiciário... Pedi tutela judicial ao Supremo porque o Judiciário se aliou à Assembléia Legislativa. Coloquei os desembargadores sob suspensão, o que os impediu de me julgar porque nós tínhamos um confronto pessoal. Quando eles perderam no Supremo, chamei todos para uma conversa. Concordamos em estabelecer uma convivência pacífica, ou possível, que me permitisse terminar meu mandato. Afinal todos estavam estrangulando a ação do Executivo: a Assembléia porque não aprovava os orçamentos e o Judiciário porque mantinha permanentemente as ações judiciais.

### *Entendimento?*

J. A. C. – Prometi me calar, prometi não denunciar mais. Em contrapartida, eles me deixariam governar. Propus que o orçamento fosse dividido em duas partes e que da parte que caberia a eles não seria cobrada nenhuma satisfação. Caso contrário a guerra entre nós iria recomeçar.

*Você chegou a ser ameaçado de morte?*

J. A. C. – Sofri dois atentados.

*E a sua família?*

J. A. C. – Minha família estava fora, os filhos estavam fora.

*O senhor tem o apoio da PM. Inclusive ganhou prêmio, não é?*

J. A. C. – Ganhei dois prêmios. Ganhamos um prêmio internacional porque nós não temos nenhum caso de tortura e de espancamento há quatro anos.

*Qual o efetivo da tropa?*

J. A. C. – Dois mil e quinhentos homens da polícia militar, bombeiro e polícia ambiental.

Nós montamos um programa de segurança pública, direitos humanos e cidadania. E todos passaram a fazer cursos. Fizemos uma parceria com a Anistia Internacional e com o Ministério da Justiça para montar um Centro de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos. Passamos a trabalhar a questão do cidadão contribuinte, aquele que paga imposto, que paga salário e que deve ser protegido. Montamos a polícia comunitária interativa nos bairros. Cada bairro tem um conselho formado por membros da comunidade e da polícia. Com essa mediação, eles trocam informações e fazem uma avaliação permanente da ação da polícia. O Amapá é o único lugar no país onde o povo adora a polícia.

*Quais são os índices de criminalidade no seu estado?*

J. A. C. – Nós temos índices alarmantes de homicídios. Mas é o crime passional, entre parentes, e não o latrocínio, o assalto. Isso ocorre em todo o Norte do país. É um problema de formação. Toda segunda-feira, recebo as ocorrências policiais. Das ocorrências policiais, 80% são *terçadada* [terçado: facão de trabalho na floresta], paulada e facada. Muitos casos entre amigos e muitos casos intrafamiliares.

*Com o trabalho de reformulação da Segurança Pública e com a crise que você teve com as elites locais, você pode dizer que ganhou a tropa?*

J. A. C. – Ficou muito claro, não é? Porque a polícia era muito desqualificada, sofria um processo de discriminação brutal por parte do poder público. A polícia era usada como instrumento político para reprimir os desejos da população. Era para re-



primir passeata, manifestação do povo. Para proteger os donos do poder. E a polícia virou o contrário, passou a proteger o cidadão. E o policial sente, hoje, que ele é um cidadão fardado e que tem que tratar bem todo mundo. Para você ter uma idéia, a inversão que nós fizemos foi tão grande que, há três semanas, a penitenciária era um problema, havia vários homicídios dentro da prisão, principalmente com tráfico de drogas. Num dia só nós fizemos uma operação. Tiramos todo mundo da penitenciária: guarda de presídio, diretor, todos os gestores da penitenciária. Domingo, às 18 horas, coloquei a polícia militar dentro, com uma nova diretora, uma mulher, então não entrou mais ninguém. Desde então, nós intervimos de forma integrada dentro da penitenciária. Então os presos passaram a ter direito a todas as políticas públicas, da bolsa-escola ao programa de capacitação, dentro da penitenciária.

Nós já tínhamos feito isso com os adolescentes. Porque o adolescente não tem noção do ato que pratica. Um guri de 13, 14 anos, que mata, ele mata um ser humano como se estivesse matando um animal qualquer. Ele não tem mesmo noção, não é porque tenha índole, é porque não tem noção do ato. Então, nós começamos com eles, há cinco anos. Entrei no governo, em abril de 95 eles tocaram fogo em tudo. Não deixaram pedra sobre pedra. Aí, reconhecemos-nos com uma dificuldade tremenda, com um juizado e com a polícia civil: a questão da delegacia de menores.

Quando falamos do projeto socioeducativo, é para garantir aos adolescentes: primeiro uma escola feita pela Secretaria de Educação; assistência de saúde feita pela Secretaria de Saúde; atividades socioeducativas e culturais feitas pela Fundação de Cultura e o governo, agindo integralmente com os adolescentes. Com direito a passeios, direito a sair em liberdade. Garantir todos esses direitos aos maiores: tirando-os do regime de privação de liberdade, colocando-os no regime de semiliberdade e integrando-os com bolsa-trabalho. Aí, fomos puxando todos para trabalhar. Isso em quatro anos. Nós reduzimos a reincidência a 9%. E tem menino que já está na Universidade, menino que matou três. Não é diferente do daqui. Por isso, eu digo: “Nada do que nós estamos falando não se aplica em São Paulo”. Aliás, isso se aplicaria com mais rapidez que aqui, porque vocês têm a competência técnica reunida para aplicar. O problema é político, porque tudo isso começa e termina na política. Ganhamos um prêmio da Fundação Getúlio Vargas, gastando 1.110 reais por adolescente, aqui a Febem gasta 1.700 reais. A diferença é grande. Parto do seguinte princípio para convencer, para convencer a polícia. Digo: “Olha, se a gente não recuperar esse menino, ele vai sair daqui e vai matar o teu irmão, o teu pai e o teu filho. Então, é melhor a gente ganhar ele para a gente”. Aí, eles começaram a balançar e viram resultado. Quando era para sair no final

de semana. Imagina pegar aquelas ferinhas, um moleque que já matou quatro, cinco. Aí, saem os monitores, as meninas e os rapazes chamam os pais e passam um final de semana, um sábado todo ou um domingo numa área de lazer com eles. E iam fazer esporte lá dentro: capoeira. “Não vai fazer capoeira que eles vão ficar mais perigosos”. Que nada! Faz capoeira com eles, faz música. E isso foi mudando, porque eles passaram a ter uma assistência que não tinham na casa. E aí muda completamente a cabeça desses adolescentes.

*Qual o índice de índios dentre esses adolescentes?*

J. A. C. – Raro, não existe. Os índios têm o seu próprio sistema de castigo. Eles aplicam lá as suas penas. Para o índio um castigo é uma pena muito dura. Eles têm um lugar para onde mandam aqueles que estão sendo punidos. É um isolamento. Veja só: uma comunidade que tem 1.700 habitantes indígenas não tem polícia. O cacique não tem autoridade que nós entendemos como autoridade de mando. Ele tem autoridade de consenso, que é muito diferente. Nessa comunidade, há 700 jovens na escola. Em algumas aldeias nós encontramos certa dificuldade porque a educação de um menino indígena não é igual à nossa. O guri faz o que bem entende. Faz o que dá na cabeça dele, e os pais não dizem nada. Em uma delas, as crianças estavam destruindo uma escola, porque não gostavam da professora. Precisamos dos antropólogos para nos ajudar... São relações bastante complexas.

*Como é que o estado fala com essas populações?*

J. A. C. – Sou um cacique lá, também. Falo direto com eles. Na hora de brigar, a gente briga também.

*Qual é o índice de mortalidade infantil no Amapá?*

J. A. C. – Nós temos dois índices: um do Datasus e outro do IBGE. Do IBGE, está em trinta por mil, e do Datasus, em 21. Houve uma queda muito grande de mortalidade infantil. Hoje, temos um dos mais baixos índices do Brasil.

*O senhor falou que a população indígena vem aumentando ao longo do seu governo. O senhor poderia falar um pouco sobre esses índices?*

J. A. C. – Algumas comunidades indígenas passaram por um processo de genocídio. Por exemplo, os oiapis que sofreram uma baixa terrível, quando a estrada entrou na reserva deles. Foram reduzidos a menos de duzentos indivíduos. Calcula-se que eram

aproximadamente oitocentos. Hoje a comunidade cresceu e já alcançou uma população de 550 pessoas. Quando morre um índio, é uma tragédia para nós. Porque a morte de um índio é muito significativa. Nós passamos a assisti-los com saúde, mas saúde a partir do conceito deles. E reconhecer sua autonomia. Nós não temos uma intervenção direta nas aldeias. Eles estão organizados. Por exemplo: se eles decidem construir uma escola, nós repassamos o dinheiro para que eles próprios a construam. Cabe a eles decidir sobre o processo de educação. O mesmo vale para a construção de um centro comunitário. São eles que fazem a arquitetura.

*O senhor conta com a iniciativa de ONGs? E de intelectuais?*

J. A. C. – Trabalhamos muito com as ONGs e com os antropólogos da USP. Da combinação de todos esses elementos, resultou um forte crescimento das populações indígenas. Agora, nós estamos com um trabalho de saneamento das aldeias: água e esgoto. Algumas aldeias já estão com o segundo grau escolar. A escola indígena obedece rigorosamente uma discussão com a demanda das comunidades, porque, por exemplo: há comunidades onde você não pode fixar uma escola, porque a cada período eles vivem em um lugar diferente. Para essas comunidades, a escola não pode ser fixa, não pode ser sedentária. Em contrapartida, há comunidade indígena com 1.700 habitantes. Nessas, já há o ensino fundamental e o segundo grau. E nós estamos formando professores indígenas. Todo o trabalho é voltado para a completa autonomia deles nos seus respectivos territórios.

Nas comunidades ribeirinhas é diferente. As comunidades ribeirinhas obedecem à tradição dessas comunidades. E nós introduzimos um método pedagógico que junta a história da comunidade e o ambiente em que eles vivem. É uma escola que constrói um conhecimento de uso imediato. Tomemos, por exemplo, uma comunidade de pescadores: os alunos aprendem a tecer a rede de pesca, a construir o barco, a pescar, além do currículo normal que lhes permite acessar, digamos, uma universidade. Mas o conhecimento é feito para uso imediato. Temos ainda as comunidades agrícolas, onde as escolas funcionam de maneira completamente diferente. O aluno passa na escola agrícola duas semanas e duas semanas na casa dos pais. Com isso ele leva para a casa o conhecimento da escola o que acaba por interferir positivamente na produção. Há também a escola extrativista, onde os alunos aprendem a fazer, por exemplo, o inventário da floresta, a identificar as espécies econômicas e as espécies madeireiras. Cada escola tem uma afinidade com a realidade, com a história, com a cultura, com a construção local.

*O que o senhor quer dizer com afinidade com a cultura?*

J. A. C. – A educação era colonial, impositiva. Era um conhecimento que se empurrava goela abaixo das pessoas. Agora ela é uma construção. E nós já formamos na Escola Bosque a primeira turma de professores, que são professores com uma consciência ecológica muito forte, porque eles perceberam que o patrimônio deles é sua cultura secular e a natureza. Eles começaram a desenvolver uma cadeia produtiva de espécie vegetal e animal em suas comunidades. Nós já temos uma grande fábrica, dentro da floresta, de biscoito de castanha. Eles extraem o óleo, a polpa. O óleo, eles estão comercializando com a Natura. O Instituto de Pesquisa desenvolve a pesquisa para fazer cosméticos que eles vão fabricar dentro da comunidade.

*Há uma grande diversificação...*

J. A. C. – Diversificou muito. Tem a castanha desidratada, um produto que eles colocam no mercado com muita facilidade. Tem o azeite, cuja indústria está em fase final de montagem. Nós financiamos tudo. Toda a alimentação é regional. A escola, por exemplo, oferece açaí, camarão, peixes, castanha, frutas, ou seja, tudo o que é produzido em torno da escola, porque, como eles têm autonomia financeira, a escola compra no seu entorno.

*Essa cultura que está se desenvolvendo – de uma sustentabilidade local – acabou, talvez, sendo a principal marca do seu governo, que se tornou conhecido como um governo do desenvolvimento sustentável. O senhor acredita que fora de uma especificidade local, como a do Amapá, onde há 98% de cobertura vegetal, 11% de reserva indígena, uma população relativamente pequena para um território relativamente grande, são – 142 mil km<sup>2</sup> – é possível a criação de novo modelo de desenvolvimento? É possível pensar em alternativas para a esquerda – no contexto dessa cultura da globalização, dessa cultura do capitalismo, de consumo cada vez mais voraz e num sistema dentro do qual a circulação de mercadorias ganha uma velocidade cada vez maior. Com essa experiência local, o senhor acredita na possibilidade de isso vir a se transformar numa alternativa para a cultura da esquerda com a velocidade que ganha o capitalismo?*

J. A. C. – O Brasil é uma potência ambiental. O Brasil é um país com uma imensa possibilidade de desenvolvimento a partir dessa grande diversidade de recursos que nós dispomos. Não acredito numa sociedade com consumo de massa aqui, até porque os recursos são escassos e não nos permitem reproduzir no país uma sociedade como a

sociedade do Norte. Sendo uma potência ambiental, o Brasil precisa primeiro conhecer o que tem, porque nós não conhecemos. O que se aplica no Amapá se aplica ao resto do país, aplica-se a São Paulo.

### *E as especificidades...*

J. A. C. – Nós trabalhamos com as necessidades integrais das pessoas e, para trabalhar dessa forma, nós temos que ter um planejamento. E, para ter um planejamento, é preciso ter conhecimento. Um dos fatores responsável pelo relativo sucesso desses poucos anos à frente do governo vem da nossa enorme preocupação com a pesquisa. Nós não tínhamos dinheiro para absolutamente nada, mas para a pesquisa nunca faltou. Nós fizemos um zoneamento econômico, ecológico e social muito sistemático. Hoje, podemos afirmar que temos um conhecimento não só da geopolítica do estado como também temos um bom conhecimento da ocupação dos espaços. E isso nos levou a um planejamento mais adequado do uso desses espaços. Isso o Brasil não tem. Nós vivemos na ditadura do sistema financeiro. O simples fato de ter transferido o eixo da decisão do sistema financeiro para o planejamento muda absolutamente tudo. O Brasil tem 8.500 km de costa atlântica: quanto é que isso rende para a sociedade brasileira? Rende destruição ambiental, rende exploração das comunidades tradicionais que foram progressivamente expulsas dos seus espaços de vida e sobrevivência. O que nós estamos fazendo lá pode servir de exemplo para qualquer lugar. É fundamental que se planeje o uso dos espaços e que se respeitem as pessoas que vivem nessas comunidades. No Brasil, os projetos vêm de fora para dentro e não é diferente na Amazônia. Todo modelo foi elaborado para corresponder à demanda externa.

### *O Brasil atende cada vez mais essa demanda de fora, não é?*

J. A. C. – Mas o Brasil pode se voltar para a sua comunidade. O Brasil é quinta população do planeta, é a oitava economia. Este país não tem problema de dinheiro.

### *Como é que são os indicadores sociais do estado hoje? Bons, maus? Natalidade, mortalidade, educação, tem criança fora da escola?*

J. A. C. – Não tem ninguém fora da escola. Nem no fundamental, nem no segundo grau. Nosso gargalo hoje é a universidade. É por isso que estou correndo atrás das universidades, buscando aquelas dispostas a fazer parceria conosco, porque nós precisamos ampliar o leque de graduação e de pós-graduação. Tudo está muito concentrado no Centro-Sul. Nossa média de escolaridade cresceu bastante nos últimos anos. Nós

colocamos todo mundo na escola. Hoje, nós temos 9,5% de analfabetos. Na maioria dos casos, são migrantes que chegam do Maranhão, do interior do Pará. No momento, estamos até patenteando o nosso método de alfabetização porque estamos cansados de fazer projetos e de outros se apropriarem.

*O senhor tem algum programa como o bolsa-escola, renda-mínima?*

J. A. C. – Temos o bolsa-escola, bolsa-trabalho, bolsa-família. A bolsa-escola é um salário-mínimo para garantir a presença do filho na escola. A bolsa-trabalho é para os jovens que trabalham quatro horas por dia, estudam e recebem R\$ 100,00. A bolsa-família corresponde a meio salário-mínimo para colocar o filho na escola, prestar serviços à comunidade, manter a regularidade no acompanhamento nos programas de saúde e vacinação.

*É como se fosse um boletim, no qual se exige o cumprimento de determinadas obrigações?*

J. A. C. – É isso mesmo. E recebe meio salário mínimo para isso. Os indicadores, por exemplo, de analfabetismo baixaram muito. Quanto à mortalidade, temos algumas dúvida porque nós temos dois indicadores, como já disse anteriormente. O índice de partos cesarianos caiu para 12%, em função do programa de parteiras e assistência à saúde, 90% de todo o atendimento de saúde é assistido pelo estado e 90% de todos os processos judiciais são acompanhados pela Defensoria Pública. Acredito que as pessoas têm uma assistência bastante razoável. E o mais importante que eu acho é que a economia cresce, em média, 7% ano ao ano, índice superior ao crescimento médio do país. E preservamos o patrimônio ambiental.

*E a madeira que o Amapá consome do Pará?*

J. A. C. – É claro que há questões que precisam ser explicadas. Há uma pressão muito forte em cima das florestas do Pará. Uma boa parte da madeira está vindo do Pará porque como não há uma fiscalização naquele estado... Nós, ao contrário, temos uma polícia ambiental e ela fiscaliza com rigor qualquer pressão sobre o patrimônio ambiental. No Pará, não tem. Nós estamos conseguindo preservar, mas no Pará está havendo uma degradação maior. Nós estamos consumindo uma boa parte de madeira do Pará.

*Há aí uma contradição.*

J. A. C. – Mas para fiscalizar os dois lados é muito difícil.

*O Amapá tem uma indústria de móveis?*

J. A. C. – Tem uma indústria muito recente, dos últimos cinco anos.

*Mas que característica especial tem essa indústria?*

J. A. C. – Até 1995, todo o mobiliário escolar, domiciliar, governamental era comprado em São Paulo. A madeira vinha para São Paulo, aqui fabricavam os móveis que eram depois mandados para lá. Não havia agregação de valor dessa matéria-prima lá. Foi quando nós criamos um programa de modernização do setor moveleiro e de compras governamentais.

*E a madeira vem toda do Pará?*

J. A. C. – Uma boa parte é do Amapá e outra vem do Pará. Mas, daqui a quatro anos, nós só vamos poder usar a madeira certificada, com certificação florestal, madeira manejada. Estamos correndo atrás do tempo, porque temos um prazo de cinco anos e já correu um. Nós já estamos com vários projetos de certificação.

*Essa fábrica de móveis é do estado? É uma empresa?*

J. A. C. – Não, são várias empresas. São pequenas empresas. Um pequeno pólo que concorreu internacionalmente. Nós tínhamos um projeto com o Banco Mundial, que financiou um programa nacional chamado Fundo Escola para reaparelhamento dos equipamentos escolares do Brasil. Quando o Banco Mundial empresta o dinheiro, ele determina de quem você tem que comprar. Nós não aceitamos essa imposição, que vem acompanhada de uma rigorosa especificação. Por exemplo: a carteira escolar tem que ter os pés de ferro. Nós moramos no meio da floresta, que tem uma imensa diversidade de madeira cujo consumo local está autorizado. Era uma contradição que não podíamos aceitar. E mais, entre vender uma tora de madeira e vender palito para sushi: pode vender palito para sushi que a floresta ficará de pé para o resto da vida. Decidimos não aceitar.

*De quanto era o empréstimo?*

J. A. C. – De um milhão e meio. Saiu até na revista *Isto É* que eu estava jogando dinheiro fora. Sou louco, mas nem tanto. Se o Banco Mundial fazia exigências técnicas

e nós detínhamos um material de primeiríssima qualidade, decidi pedir ajuda ao IPT. Os técnicos do Instituto fizeram todos os testes, e os nossos móveis foram aprovados. Depois disso, nós passamos a exportar, inclusive para a Guiana e para o Caribe. E tem mais: São Paulo vive do cipó e o vime que é fabricado vem da Amazônia. Fiz um decreto proibindo a saída. A Justiça barrou minha decisão. Nós estamos desenvolvendo todas as cadeias produtivas de espécies vegetal e animal local. Devo proteger os recursos de que disponho para resolver os problemas sociais do estado. Isso significa fazer a renda local crescer.

Pedi ao IPEA para fazer um estudo sobre a distribuição de renda no Amapá. O salário mínimo do estado, hoje, deve estar em 150 dólares, o que dá aproximadamente 400 reais. Esse é um dos mais baixos salários entre os funcionários do governo.

*Quanto vocês gastam com folha sobre o ICMS?*

J. A. C. – Nosso ICMS é 25% da receita, por enquanto. Era 5%. Nós não tínhamos base produtiva nenhuma, não produzíamos absolutamente nada.

*Qual é a população indígena do Amapá?*

J. A. C. – Está em torno de 5.500 habitantes/tribo, aldeados. Gente que vive nas suas comunidades com uma assistência hoje bastante razoável. Em comparação com o resto do país, acho que bem razoável. Muitos falam crioulo, que é uma mistura de francês, inglês e português, como os galilis e os caripunas, por exemplo.

*Tem muito missionário no Amapá?*

J. A. C. – Agora menos, mas temos aldeias indígenas onde a grande maioria é de evangélicos. Os paricus são quase todos evangélicos.

*E essa política de tentar incentivar, preservar a cultura, o artesanato, não acaba gerando um questionamento da ação evangélica?*

J. A. C. – Na verdade, eles estão naturalmente voltando. Os paricus, por exemplo, romperam com todas as suas tradições, menos com a língua. Eles preservaram a língua e são evangélicos. Como existe um forte movimento indígena, há uma série de eventos ao longo do ano. Tem, por exemplo, os jogos indígenas. Quando as comunidades que perderam esse hábito vêm todo mundo dançando, querem dançar também, mesmo contrariando as orientações religiosas. Os evangélicos proíbem o consumo do caxiri,



que é a bebida fermentada da mandioca, mas quando os índios vêm todo mundo bebendo eles também bebem. Depois eles vão pedir perdão ao pastor. E com isso estamos assistindo a recuperação de muitas tradições culturais, da língua, das histórias.

*E essa retomada dos hábitos de contar, de dançar, de festejar está sendo registrada?*

J. A. C. – Nós estamos registrando tudo. Há vários antropólogos no Amapá. E os próprios missionários trabalham com eles e começam a aceitar essa mudança.

*Ao resgatar a lenda e a tradição dessas comunidades, vocês não acabam criando conflito com a evangelização?*

J. A. C. – Nós tivemos conflitos em algumas aldeias. Por exemplo, nas aldeias mais preservadas como dos oiapis. Tivemos conflito quando estavam lá os missionários das novas tribos e eles foram afastados. Isso gerou um conflito que durou quatro anos. Uma guerra terrível! Na verdade, os missionários substituíam o estado, dando assistência religiosa, assistência à saúde, à educação. Quando o estado entrou para cumprir o seu papel, eles foram perdendo parte dessa função. E resistiram.

*Como o senhor conjuga sua política com a política da Funai?*

J. A. C. – Vou contar um caso: os índios oiapis não comem sal nem açúcar. E a merenda escolar fornecida pelo estado introduzia sal e açúcar. Os índios se reuniram na aldeia e decidiram não aceitar a merenda. Prontamente suspendemos o fornecimento. A Funai criou um pandemônio por causa disso. Porque, na verdade, quem usava a merenda escolar não eram os índios, porque eles caçam e pescam, eles preparam seus próprios alimentos. Quem consumia a merenda eram os próprios funcionários da Funai. E nós tivemos uma guerra permanente durante quatro anos contra a Funai.

*É verdade que os índios rejeitaram a política federal indigenista e quiseram adotar a estadual? Eles quiseram romper com a Funai para manter a relação com o governo estadual?*

J. A. C. – Eles romperam mesmo com a Funai. Eles trabalham mais com a política estadual porque o estado reconhece a autonomia a que eles têm direito. Essa é a diferença. Claro que eles têm todo o direito de se manifestar, inclusive de se indispor contra a política estadual.

*E o seu programa de parteiras? Ganhou até prêmio, não é mesmo?*

J. A. C. – A descoberta foi que nós nascemos de parteira. E aí, como não tem assistência para as comunidades ribeirinhas, as parteiras se mantêm tradicionalmente assistindo. Porque elas não fazem só o parto. Elas fazem o pré-natal, elas acompanham a gestação toda. Imaginem, por exemplo, numa comunidade distante 10, 15 horas. Para chegar é preciso pegar um barco. E se houver um problema na hora do parto é morte certa. Elas acompanham e, como elas dizem... é muito interessante, elas não erram, nunca erraram. Há uma expressão muito engraçada de uma parteira de 70 anos, ela diz: “Nenhum menino nasce com os pés”. Elas colocam tudo no lugar. Elas conseguem organizar o parto. Aí, quando assumi o governo, minha mulher, Janete, chamou, publicamente, pelo rádio, pela televisão, convidando as parteiras para uma reunião no Palácio. Só que ninguém sabia que elas eram consideradas bruxas pelos médicos. Só apareceram sessenta, e a gente sabia que tinha mais de mil. Na primeira reunião, elas achavam que nós estávamos fazendo aquilo tudo para prendê-las. Pensavam que fosse uma armadilha. E aí começou o programa e elas foram treinadas, foram introduzidas a novos conhecimentos, a métodos mais práticos. Há um movimento de parteiras de âmbito nacional preocupado com a humanização do parto. Hoje elas estão totalmente organizadas no estado todo. Além disso, porque tem muita gente nesse país que nasce, cresce e morre sem registro. Elas certificam o nascimento e, com esse certificado, as prefeituras emitem o registro de nascimento da criança. Com a certificação de nascimento feita pelas parteiras, a mãe ou o pai pode ir à prefeitura e tirar o registro de nascimento. Na maternidade de Macapá, tem um cartório: nasceu já sai com o registro. Mas, por enquanto, só em Macapá. As parteiras hoje são mais de mil. Têm capacitação permanente. Elas têm um *kit*, fornecido pelo estado e pela Unicef.

*Se as parteiras emitem um certificado, isso quer dizer que elas são alfabetizadas?*

J. A. C. – Elas estão sendo alfabetizadas e recebem, também, uma bolsa-parteira. Elas recebem meio salário mínimo.

*Independentemente do número de partos?*

J. A. C. – Independente do número de partos. Porque elas são chamadas a toda hora. Faça sol, faça chuva, elas estão lá... É um direito que elas têm. Quando o médico assiste, o SUS paga, à parteira não.

*Do ponto de vista da legislação, o estado tem como interferir para o SUS reconhecer o trabalho dessas parteiras?*

J. A. C. – As prefeituras podem e estão, aos poucos, aderindo a esse movimento.

*E quantas prefeituras existem no Amapá?*

J. A. C. – Temos 16 municípios. sessenta alunos da Escola Vera Cruz de São Paulo foram para passar 15 dias no Amapá. Foram visitar a Escola do Bosque. Um estudante deu um depoimento dizendo o seguinte: que quando ele pegou o barco que ia se afastando de Macapá, teve a sensação de que estava voltando no tempo, entrando no túnel do tempo, e, quando chegou na comunidade e começou a falar com as pessoas, a sensação que ele teve foi que estava falando com gente vivendo no futuro. Coisa fantástica, não acham? Um adolescente... do último ano do segundo grau. Porque a comunidade estava falando de coisas que aqui são muito teóricas: proteção do meio ambiente, cuidado com a cultura deles, com a música. Ficaram encantadíssimos!

*Gostaria de saber se, nesse seu período como governador, o senhor chegou a cruzar com algum grupo de evangelização estrangeiro que, na verdade, fosse fachada de algo suspeito relativo a espionagem industrial ou mesmo de natureza política. Por exemplo, como aquele tipo SIL – Sember Institute of Linguistic, que imprime bíblias nos idiomas dos índios e que na verdade era vista como uma mão da CIA.*

J. A. C. – Não. Na verdade, os missionários, em geral, são pessoas muito dedicadas. Eles podem até ser manipulados... Inclusive, eles têm dado grandes contribuições, por exemplo: as gramáticas, muito das gramáticas da língua nativa são produzidas por eles.

*O que andou acontecendo ultimamente foi a apropriação do conhecimento tradicional para a indústria farmacêutica pelos missionários, não foi?*

J. A. C. – Disso nós estamos livres lá. Mais uma vez, a Janete, que é deputada estadual, costurou com os pares dela uma lei de acesso e de proteção à biodiversidade que protege o conhecimento tradicional. E foi trabalhado com um grupo de juristas aqui de São Paulo.

*Vocês detectaram caso de biopirataria no Amapá?*

J. A. C. – Detectamos, inclusive com agentes brasileiros. Detectamos recolhimento de material da biodiversidade, insetos. Por exemplo: os índios paricus tratam essas verrugas que a gente tem no rosto depois de uma certa idade com formiga. Eles têm

uma formigazinha que eles pegam e a colocam sobre a verruga para que ela a pique. A picada dissolve a verruga. É lógico que o princípio ativo daquilo é um poderoso medicamento. Então esse é um conhecimento de uso prático. Se chega alguém numa aldeia ou numa comunidade ribeirinha, ou numa comunidade de pescador, procurando saber disso, eles chamam logo a polícia ambiental. Porque nós treinamos a polícia ambiental para isso.

*E a população também?*

J. A. C. – A população também. Um tempo desses, tinha um grupo de gente lá num lago maravilhoso que nós temos, atrás de umas pedras. Em 24 horas a gente sabia. Bateram lá o tamborzinho, a polícia foi lá, e eles já tinham corrido. Isso não quer dizer que não tenha alguns contrabandos que a gente não saiba. Por exemplo, de pedras preciosas. Disso tem contrabando.

*Com o negócio do garimpo ali, com a Guiana Francesa, com o Suriname.*

J. A. C. – Nós estamos dentro do garimpo. Porque nós transformamos o garimpo em cooperativas. Então, a gente assiste com educação, com saúde. Com assistência! Não tem um canto do estado, hoje, que não tenha a presença do poder público. Mas a presença com políticas públicas, não com repressão. Isso modifica completamente a relação, quer dizer, aproxima a sociedade do estado. E o estado passa a ser muito bem-vindo, não está lá só para reprimir. A nossa política faz educação ambiental. Se você ouvir um soldado da polícia ambiental falando com a comunidade, acha que o sujeito é do *Greenpeace*, porque o discurso dele é outra coisa.

*Quando o senhor fala que nós aqui temos competência, temos as pessoas para fazer, eu pergunto: como foi a relação com a Universidade lá, nesse processo?*

J. A. C. – A Universidade nossa é muito nova, é uma Universidade Federal de dez anos. Eu, para ir à Universidade, tive que me convidar. Fiz-me um convite público. Porque já participei de várias palestras em várias universidades. Digo: “Não, eu quero ir na Unifap para fazer uma proposta para a Universidade”. E a minha proposta é juntar o esforço do estado. Não posso criar uma Universidade Estadual, porque não tenho dinheiro. Aí, fui lá para dentro para conversar com eles. Bom, na primeira vez, saí de lá azucrinado, furioso. Agora não, já temos vários projetos em comum. Temos 1.800

professores fazendo graduação dentro da Universidade paga pelo estado. Temos curso de pós-graduação em desenvolvimento sustentável, temos curso na formação de professores de quarto grau. Então, nós começamos a colocar dinheiro.

*No seu staff, o senhor puxa gente, tem programas do seu governo e tem gente da Universidade? Como são suas relações?*

J. A. C. – Há vários professores, inclusive daqui de São Paulo, parte da minha equipe e de lá, da Universidade também.

Agora, nós estamos juntando toda a estrutura. Nós temos um Instituto de Pesquisa, que colocamos à disposição da Universidade. Então, todos os nossos laboratórios podem ser usados pelos alunos, para a gente integrar os meios que nós temos. E estamos tentando um salto na Universidade muito grande, estamos discutindo, e já existe uma disposição muito grande de a gente transformar a vocação daquela Universidade e orientá-la para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, que os cursos... O curso de direito, não tem sentindo um curso de direito na Universidade que não seja na formação ambiental e na preservação e proteção da nossa floresta. O curso de geografia. Os alunos de geografia, esses são muito integrados conosco, por causa do zoneamento. Nosso zoneamento econômico-ecológico é um dos melhores que tem hoje no país. Então, os alunos da geografia estão absolutamente integrados nesse processo. Nós temos dez cursos. E estamos procurando com universidades de São Paulo, do Rio. Nós já fizemos mestrado em química, especialização em química com a Universidade do Rio Grande do Sul. Nós temos agora o mestrado com UnB. Nós vamos começar um mestrado em psicologia da educação com o ISPA – Instituto Superior de Psicologia de Lisboa. E, vou agora na Unicamp, dia 18, fazer uma proposta para a gente juntar... porque nós dependemos do conhecimento para construir um novo processo. Esse é um processo em construção. A gente vai aprendendo juntos: a sociedade, o governo, a universidade, e precisamos do conhecimento. Sem esse conhecimento, nós não temos como evoluir e avançar no processo. Imaginem vocês, por exemplo, transformar um castanheiro que era submetido a um regime de barracão, um regime feudal. E aí precisa por toda a estrutura do estado, assistindo-os, de conhecimento mesmo. Os pescadores, é a mesma coisa. Os seringueiros. Os moradores dos bairros periféricos. Nós temos que investir na pequena indústria urbana. Por exemplo, há bairros aqui em São Paulo, que são bairros dormitórios – as pessoas dormem e trabalham fora. Vamos levantar as atividades socioeconômicas e vamos plantar dentro do bairro. Quer dizer, o que nós fazemos lá

se aplica aqui. O difícil é convencer as pessoas a fazer. Tem um bairro aqui cujo nome me falaram, com 2.500.000 pessoas, que é um bairro-dormitório. Se puxar as atividades econômicas para dentro do bairro, você vai gerar uma infinidade...

Lá, todos os bairros estão recebendo escolas. E as melhores escolas estão nos bairros mais pobres. Estamos implantando escolas bem adequadas... Se não fizer isso, não se combate a violência. Não tem como combater a violência se não tiver ocupação. Então, as nossas escolas são construídas com os equipamentos normais, salas de aula, auditório, laboratório de informática...

*Quantas salas de aula o senhor construiu desde que assumiu?*

J. A. C. – Acho que dobrei o número de salas de aula. No começo, não tinha espaço. Como tinha vivido a experiência de Moçambique com meus próprios filhos, que tinham seis e sete anos... Fomos morar num bairro popular, onde não havia escola, porque a escola lá era só para os portugueses. O povo moçambicano não tinha escola, mesmo. E aí, a escola era debaixo de uma árvore, como lá nunca chove. Os meninos levavam uma prancheta e ficavam debaixo da uma árvore e o professor lá dando aula.

Quando assumi o governo tinha muita criança fora da escola e não tinha espaço. Disse: “Não, nós vamos colocar todo mundo dentro da escola. E vamos conseguir os espaços”. E saímos atrás dos espaços, nos bairros.

*Espaço que o senhor diz é terreno?*

J. A. C. – Não, construídos já. Então, fomos com as igrejas. O padre tinha lá uma igreja. Aí fomos conversar com o padre, e transformamos em escola. A igreja evangélica tinha um espaço físico: transformamos em escola. Compramos as grandes danceterias e fizemos salas, e, assim, conseguimos colocar todo mundo.

*E não tinha mobiliário?*

J. A. C. – Não tinha nada. Sentavam no chão.

*Quantos alunos o senhor tem nos primeiro e segundo graus?*

J. A. C. – 154 mil, numa população de 480 mil. O problema é o seguinte: estudam a criança, o pai e o avô da criança. Estão todos na escola. O mais interessante é que a partir deste ano começaram a sobrar salas-de-aula ociosas no período noturno. Porque havia um engarrafamento, porque a evasão era muito elevada e a repetência também. Com a bolsa-escola, a bolsa-trabalho foi reduzida a evasão.

É preciso construir escola no Centro, em lugares visíveis. Porque como nós estamos fazendo nos bairros as escolas dos bairros vão esvaziando.

*Governador, o senhor vai fazer o seu sucessor?*

J. A. C. –Tenho convicção de que sim.

*Já está escolhido, já se sabe quem é?*

J. A. C. – É um intérprete do Programa. Porque nós fizemos uma experiência no ano passado... O Brasil não tem partidos políticos. As pessoas votam no nome. Mas, como nós implantamos um Programa, nós demos o nome ao Programa que é o anti-marketing: Programa de Desenvolvimento Sustentável. Para marketing isso é um horror! No ano passado, na eleição municipal, eu disse: “Essa vai ser a decisão de 2002 na Capital”. Aí, entre a equipe, escolhemos o nome de consenso. Só que era um nome desconhecido. E ganhou as eleições. Ele soube interpretar o Programa. Então, nós temos absoluta confiança.

*É uma pessoa da sua equipe?*

J. A. C. – É o Secretário de Infra-estrutura. Mas nunca tinha feito um discurso político.

*Ele ganhou para a prefeitura e vai para a sua sucessão?*

J. A. C. – Não vai ser um outro da equipe. Porque nós precisamos fazer base. O processo só vai avançar se nós fizermos uma base política sólida. Então, o prefeito tem que cumprir os quatro aninhos dele ali, trabalhar direitinho, organizar a cidade, não é?

*O senhor ganhou outras prefeituras?*

J. A. C. – Ganhamos. De dezesseis, nós fizemos cinco com o partido e mais três em coligação. Nós governamos na metade dos municípios, o que corresponde à metade da população.

*E por que isso não tem uma correspondência na Assembléia?*

J. A. C. – Porque tive muita dificuldade para conseguir a reeleição em 98. O clientelismo era muito forte. E tinha dinheiro também. Tinha dinheiro do narcotráfico, tinha dinheiro da corrupção.

*E as perspectivas da sucessão, de fazer o seu sucessor, do ponto de vista de pesquisa, onde é que está o horizonte?*

J. A. C. – Na aprovação do prefeito, que está em 83%, e eu tenho 78%. Porque a população quer que continue o Programa. Eles votaram no prefeito porque a campanha foi toda em cima do Programa. A campanha era Macapá Sustentável. E ele conseguiu transmitir isso para a comunidade. Claro, ainda o voto é no nome, mas como a idéia é juntar orçamento, o prefeito, hoje, vai ser um dos principais cabos eleitorais para o ano que vem.

*Você acha que essa idéia da sustentabilidade, com todas essas experiências locais, regionais, está consolidada?*

J. A. C. – Hoje ela está politicamente consolidada, porque elege um Programa. Passou a idéia do Programa para as pessoas. Na hora que eu sair, não haverá mais problema, mesmo que eu não seja eleito no ano que vem. Se for eleito governador, continua o programa. Então, não sou mais insubstituível, posso ser facilmente substituído. As pessoas sabem o que é Desenvolvimento Sustentável. Na linguagem delas, elas vão traduzindo isso. No começo era “coisa do Capi”. Agora eles já associam os programas sociais, econômicos, culturais, principalmente a questão cultural, que é muito forte. Os índios, os negros e todos passaram a ter direitos. Então, isso termina criando uma confiança muito grande de que nós vamos continuar ainda por mais...

Nós estamos construindo um processo muito interessante. Nós fizemos uma mudança curricular, com o pessoal da PUC-SP. Agora, nós estamos trabalhando, com os franceses, a criação do Instituto de Tecnologia do Desenvolvimento Sustentável, exatamente para formar os quadros médios, que é uma dificuldade nossa – quadro técnico, gerencial. Para projetos de desenvolvimento na base produtiva, para pesca, para floresta, para turismo. E esse Instituto, nós vamos pôr para funcionar no ano que vem. Nós queremos fazer a Universidade também dentro da mesma linha. Com graduações que correspondam à base econômica do modelo. É um processo em construção, mas que caminha com uma certa coerência com o patrimônio ambiental e social.

*Qual é o potencial turístico do Amapá?*

J. A. C. – Imenso. Nós temos todos os ecossistemas que você possa imaginar: cerrado, floresta de várzea, floresta de terra firme, manguezais, cadeias de lagos. E o vôo Caiena-Paris, de Macapá. Já saí de Paris às 8 horas da manhã; quando eram 5 horas da tarde, estava entrado em casa.



O rio Amazonas. A linha do Equador que divide... A linha divide o campo de futebol... e é muito bonito!

Nós estamos organizando a cidade. Nós temos hoje cinco museus em construção: o Museu de Reprodução da Vida Amazônica, Museu do Índio e Oiapoque, o Museu do Quilombo do Curiaú, Museu da Fortaleza e o Museu do Forte.

*Voltando à questão da biodiversidade, além das ervas, chamam a atenção seus diferentes usos. Isso parece uma perspectiva muito interessante, porque, quando as populações trabalham com os diferentes usos de uma mesma erva, vão deixando claro a questão do multiculturalismo e como que uma erva tem usos culturais distintos, não é?*

J. A. C. – Nós temos na Internet, você pode entrar na nossa página e procurar no Instituto de Estudos e Pesquisas. Nossa página está meio confusa, nós vamos mudar agora.

*Qual é o endereço?*

J. A. C. – [www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br) Tem secretarias, autarquias. Tem que procurar no Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá. Lá você vai ter todas as plantas catalogadas, para que servem e como utilizar.

*Como utilizar: isso é uma outra questão que também vem sendo colocada, chamando muito a atenção, no sentido de como colher. Porque o colhido pela parte da manhã tem determinadas propriedades, os colhidos à noite têm outras. É todo um conhecimento, um saber fazer que é muito incrível que já estão registrando.*

J. A. C. – E nós temos uma clínica para acompanhamento médico. Por exemplo: no tratamento de diabetes melitos, ninguém usa mais insulina. Eles usam plantas medicinais. E tem um médico que acompanha. Tenho a impressão de que, mesmo daqui, se entrar na página e mandar o exame, o medico de lá (eu tenho a impressão, não sei se já estão fazendo isso, mas era para estar sendo feito isso) passa a plantinha. E essa plantinha pode ser adquirida... acho que aqui em São Paulo deve ter.

*E a formação desses „médicos“?*

J. A. C. – São alopatas, eles vão mudando...

*Como é que se dá a transmissão do conhecimento dessa cultura, dessa tradição indígena para essa ciência?*

J. A. C. – Essa é outra tarefa. O convencimento é o resultado. Porque você pega, por exemplo, o controle do diabetes. Lá, eles montaram com umas pessoas, passaram a acompanhar e catalogar resultados, aí os outros médicos alopatas não têm como refutar. É um colega dele, médico...

*Não, mas aí essa transmissão como disciplina... a transformação dessa cultura numa disciplina que deverá ser ensinada, quer dizer, isso tem que ser organizado de alguma forma como conhecimento: ordenado, sistematizado, pronto para ser transmitido, não é?*

J. A. C. – No Instituto de Pesquisa, isso o Instituto faz. Então, ele faz o inventário, ele cataloga, ele sistematiza e repassa às populações. E as escolas têm farmácias vivas para poder cultivar essas plantas. E nós estamos introduzindo na rede pública. Os médicos alopatas já receitam plantas medicinais. Esta é uma grande conquista. Eles estão se rendendo... porque a maioria dos medicamentos, 50, 60% dos medicamentos têm algum princípio ativo retirado de plantas amazônicas. Então, não dá para duvidar, não é? Não é uma questão de curandeirismo.

*Não, de modo algum, mas a preocupação é como transformar esse conhecimento numa disciplina a ser transmitida. Da mesma forma que a língua? Como criar a gramática, dicionários?*

J. A. C. – E como romper os interesses, não é?... Sabe que, no início de 95, nós mandamos um projeto ao Ministério da Saúde pedindo um apoio para desenvolver exatamente esse controle do diabetes. Houve um parecer técnico do Ministério da Saúde dizendo que não, que já existia a insulina. Você vê que não é uma coisa muito simples.

*Agora, o estado tem condições de produzir, distribuir mais amplamente esses remédios? Quantos farmacêuticos estão trabalhando?*

J. A. C. – Setenta, mais ou menos, sessenta e oito, setenta.

*Eles fazem a pesquisa, checam resultados? Agora, esse conhecimento, enquanto fica com o conhecimento tradicional ele é restrito à cultura oral, ele é repassado. Quando o estado se apropria desse conhecimento ele tem condições de produzir, distribuir? O seu estado, especificamente?*

J. A. C. – Claro, e esse é um princípio nosso de produzir lá. Não agrega valor.

*Estão produzindo?*

J. A. C. – Nós estamos conversando com os cubanos para montar um laboratório. Para nos associarmos a eles no laboratório. Eles têm um grande conhecimento de plantas medicinais e nós também. Nós temos, hoje, um bom conhecimento de plantas. Então, nós vamos construir juntos. Nós podemos abrir para o setor privado, mas tem que fazer lá. Não só os fármacos, mas também os cosméticos. Porque a *Body Shop* fabrica lá na Inglaterra e distribui em toda a Europa. Comprei agora: xampu de castanha da Amazônia. O *Channel n° 5* vem da Amazônia. Do pau-rosa. Mas é altamente predatória a forma como eles extraem.

*Encontrei um livro publicado em 38, que mostra a importância da Amazônia já, quer dizer, como a repetição da fronteira americana deveria se repetir aqui e os Estados Unidos estrategicamente, geopoliticamente, já estão pensando na Amazônia como uma extensão da fronteira da famosa farwest deles. E, uma outra coisa que me chamou a atenção é essa questão da Amazônia como fonte medicinal natural (vamos chamar assim, não sei que outro nome dar), com a qual eles já estavam preocupados. Em 41, Rockefeller estava aqui, fazendo uma pesquisa profunda sobre os produtos que ele poderia utilizar na sua empresa. Então, acho que não é novidade, enfim.*

J. A. C. – Agora, a novidade é que eles conhecem muito mais a Amazônia – eles pesquisam há muito tempo, não só os americanos, mas os franceses, os alemães – do que nós, os brasileiros.

Foi uma longa conversa. Muito obrigado pelo almoço, pelo café.